

O Repertório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Alagoas e suas Interações com os Partidos Políticos e com o Estado

*Cristiano das Neves Bodart**

*Ewerton Diego de Souza***

Resumo

Sob contribuições de Charles Tilly e Sidney Tarrow, é demonstrado neste artigo como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) de Alagoas vem atuando, sendo destacado seu repertório, o dinamismo de suas “performances” e as formas de interações com partidos políticos e com o Estado. O *corpus* da pesquisa é composto por: i) entrevistas a integrantes do MST de Alagoas e de partidos políticos e; ii) reportagens divulgadas em sites e redes sociais. Dentre os resultados observados, destaca-se que as relações com o Estado são basicamente conflitivas, o que se dá predominantemente por meio das marchas que se convergem em diversas “performances” modeladas de acordo com as demandas locais e as estruturas de oportunidades. A produção de um alinhamento interpretativo é uma tarefa que possui centralidade nos esforços do MST de Alagoas, pois se acredita que ele seja responsável por “blindar” o movimento dos interesses dos partidos políticos e do Estado, assim como ser um elemento importante para a coesão social e a mobilização de seus militantes.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Repertório. MST. Partidos Políticos. Estado.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-Ufal). E-mail: cristianobodart@hotmail.com

** Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e bolsista do CNPq. E-mail: ewertoy@gmail.com

The Repertoire of the Alagoas Landless Workers Movement and its Interactions With Political Parties and the State

Abstract

Under contributions from Charles Tilly and Sidney Tarrow, this article demonstrates how the Landless Workers Movement (MST) of Alagoas has been working, highlighting its repertoire and the dynamism of its performances, as well as the forms of interactions with political parties and with the State. The body of the research is supported by: i) interviews with members of the Alagoas MST and political parties; ii) reports spread on sites and social media. Among the observed results, it should be noted that relations with the State are basically conflictive, occurring predominantly through the Marches, which converge in various performances modeled according to local demands and the structures of opportunities. The production of an interpretive alignment is a task that has centrality in the efforts of the Alagoas MST, as it is believed responsible for “shielding” the movement from the interests of political parties and the State, as well as being an important element for the social cohesion and mobilization of the movement’s militants.

Keywords: Social Movements. Repertoire. MST. Political Parties. State.

El Repertorio del Movimiento de Trabajadores Sin Tierra de Alagoas y sus Interacciones con los Partidos Políticos y el Estado

Resumen

Bajo las contribuciones de Charles Tilly y Sidney Tarrow, se demuestra en este artículo cómo ha estado actuando el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) de Alagoas, destacando su repertorio, el dinamismo de sus actuaciones y las formas de interacción con los partidos políticos y con el Estado. El *corpus* de la investigación se compone de: i) entrevistas con miembros del MST de Alagoas y partidos políticos; ii) informes en webs y redes sociales. Entre los resultados observados,

las relaciones con el Estado son básicamente conflictivas, que ocurren predominantemente a través de las marchas que convergen en varias “performances” modeladas de acuerdo con las demandas locales y las estructuras de oportunidades. La producción de una alineación interpretativa es una tarea que tiene una centralidad en los esfuerzos del MST de Alagoas, ya que se cree que es responsable de “proteger” el movimiento de los intereses de los partidos políticos y del Estado, además de ser un elemento importante para la cohesión social y la movilización de sus militantes.

Palabras clave: Movimientos sociales. Repertorio. MST. Partidos políticos. Estado.

Nas ondas de protestos ocorridos em 2013 e 2016 notamos que os grupos coletivos que adquiriram maior visibilidade midiática¹ naqueles momentos não foram os grupos mais consolidados e já conhecidos pela sociedade brasileira. Durante esse ciclo notamos certa ausência, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora a natureza dos protestos e de suas pautas se diferenciavam daquelas que geralmente envolviam as ações do MST, essa ausência também teve relação com sua vinculação com o Partido dos Trabalhadores (PT), que até então ocupava a presidência do Poder Executivo nacional, pois, manifestar-se naquele momento seria opor-se a um governo que foi eleito com seu apoio. Essa situação nos chama atenção para o fato de que as relações entre movimentos sociais e partidos políticos (PP) devem ser consideradas nas análises das ações coletivas dos movimentos sociais.

O MST vem historicamente realizando ocupações no campo e na cidade; por vezes, como estratégia, ocupam terras improdutivas de adversários políticos². Essas ações, embora possam dar ares

1 O que teve relação com o volume, distribuição, frequência e pautas dos protestos.

2 Disponível em: <<https://goo.gl/Sefnz1>> e <<https://goo.gl/QoDQrG>>. Acesso em: ago. 2018.

de táticas e estratégias políticas definidas pelos próprios assentados e acampados por meio de participação democrática, estariam, na verdade, marcadas por influências de lideranças, partidos políticos e outros grupos apoiadores do movimento? Nossa hipótese é que as ações do MST são construídas a partir de interações complexas entre diversos atores. Nos interessa observar e discutir tais interações e o seu desdobramento na produção e definição das estratégias de ação.

A emergência do MST está atrelada a um contexto específico; durante os anos de 1970 e 1980 as lutas pela terra se intensificaram em diversas localidades, principalmente no Sul e Sudeste do país, isto devido à histórica implementação de um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário dotado de um discurso modernizante da agricultura, o que contribuía para o desenvolvimento da produção em grandes extensões de terras, favorecendo a acumulação de terras nas mãos de poucos latifundiários; além da expulsão de camponeses por meio das recorrentes práticas de grilagem³. Há também relação com a emergência da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os debates e mobilizações em torno da criação de um partido que defendesse os interesses do proletariado, o que viria a se tornar o Partido dos Trabalhadores (PT). Influenciado por essas mobilizações, e com o apoio de seguimento da Igreja Católica, mais especificamente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), formou-se o MST (Fernandes, 1994).

No cenário nacional, o MST é normalmente visto como um movimento social de base vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT). É evidente a relação, ora implícita e ora explícita, entre MST e outros partidos políticos de esquerda. Dado essas premissas, as atuações do MST suscitam alguns questionamentos. São eles: i)

3 O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Por meio dessa prática, muitos camponeses foram expulsos de suas terras no Brasil.

qual o impacto da relação movimento social e partidos políticos na tomada de decisões do MST?; ii) por que nem sempre as ações do MST são de confronto direto com o Estado?; iii) como um membro de partido pode se relacionar formal e informalmente com o MST ou vice-versa? Assim, destacamos que os objetivos centrais deste artigo são: i) identificar as estratégias que compõem o repertório do MST de Alagoas e; ii) compreender como a interação entre o MST de Alagoas e os partidos políticos é percebida pelos integrantes do movimento social. Muito provavelmente essas questões não darão conta de explicar outras realizadas para além da experiência de Alagoas. Contudo, sendo o MST um movimento consideravelmente orientado por um comando nacional, as questões aqui suscitadas e respondidas podem corroborar para pensarmos outras realidades nacionais.

A importância de responder esses questionamentos se dá, *a priori*, pela necessidade de desvelar a relação entre partidos políticos e movimentos sociais, assim como seus desdobramentos na condução das políticas de ambos atores, que podem impactar sobre a forma como compreendemos o MST e os movimentos sociais em geral. Na esfera acadêmica ainda são poucos os trabalhos analíticos que se propõem a problematizar as interações entre movimentos sociais e partidos políticos e suas estratégias de atuação; muitas vezes interpretada apressadamente como cooptação. Nossa contribuição se enquadra nesse interesse. Para tanto, tomaremos como estudo de caso a experiência de interação entre o MST-Alagoas, Estado e partidos políticos alagoanos. Nos deteremos em explorar as estratégias de atuação do MST frente aos partidos políticos de esquerda e ao Estado.

O artigo está dividido em quatro partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresentamos a perspectiva teórica e conceitual adotada para as análises pretendidas. Na segunda parte esboçamos a metodologia. Na terceira seção tratamos do MST-Maceió. Na quarta, e última seção, são realizadas as análises e discussões dos dados coletados.

1. Base teórica e conceitual

No Brasil, assim como na América Latina, os estudos sobre os movimentos sociais sofreram grande influência dos referenciais teóricos estrangeiros (Gohn, 2014). Na América Latina, sobretudo no Brasil, encontramos fortes influências das teorias da ação social coletiva que se formaram nos Estados Unidos, tais como a teoria da Escolha Racional (TER), a teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a teoria do Processo Político (TPP), assim como teorias de origem europeia, como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e os paradigmas marxista e neomarxista (Bodart; Pereira, 2017)⁴.

Na contemporaneidade existe um esforço coletivo que mira um horizonte em que possa, quem sabe, ser elaborado um paradigma próprio e específico da América Latina. Ainda que o debate seja incipiente na academia brasileira, alguns dilemas já são pertinentes ao buscar aproximar contribuições de diferentes matrizes teóricas, ou apropriando-se de colaborações diversas. Como a realidade é complexa, torna-se atrativo a possibilidade de promover, quando possível, a complementariedade entre teorias e

⁴ Grosso modo, a TER volta-se à ação individual como instrumental, partindo do pressuposto de que os sujeitos atuam racionalmente na busca de objetivos determinados mediante a escolha dos meios mais apropriados para atingir o objetivo, tirando a máxima utilidade do mesmo (Higgins, 2005, p. 179). A TMR volta-se, grosso modo, ao significado das bases organizacionais, da acumulação de recursos e à coordenação coletiva de atores políticos, enfatizando os interesses do grupo e dando centralidade (exagerada) às decisões estratégicas dos movimentos sociais, não rompendo por completo com a TER (Gohn, 2007). A TPP, que em grande medida adotamos neste trabalho, volta-se para o dinamismo, as interações estratégicas, e as respostas as oportunidades e restrições políticas. Na TNMS o foco está nos aspectos simbólicos e cognitivos, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Nessa perspectiva teórica, há uma menor atenção ao ambiente político, aos interesses envolvidos e aos recursos materiais utilizados (Alonso, 2009, p. 69). Os paradigmas marxista e neomarxista mantêm suas análises voltadas às disputas de classe e seu foco está nas desigualdades sociais e os embates gerados entre explorados e exploradores, estes últimos também representados pelo Estado burguês. Para conhecer mais detalhes das bases epistemológicas, metodológicas e conceituais dessas teorias ver a obra de Maria da Glória Gohn, "Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos", de 2007.

revisitar categorias e conceitos de forma que sejam eficazes na apreensão dos fenômenos sociais estudados.

Para nosso estudo adotamos a noção de confronto político desenvolvido por Tarrow (2009). Entendemos que o confronto político ocorre quando pessoas comuns juntam forças para fazer frente aos opositores, emergindo ou restringindo a ação coletiva de acordo com oportunidades ou restrições políticas, criando incentivos ou desestímulos à interação entre atores e a ação coletiva. Essa ação coletiva é quase sempre de confronto, sendo o principal recurso, quando não o único, que as pessoas comuns têm contra opositores mais bem equipados ou Estados poderosos (Tarrow, 2009).

Outras contribuições que compõem nosso arcabouço teórico estão nos estudos de Charles Tilly: i) as noções de repertório e performance, no que diz respeito às formas de ações coletivas e; ii) a noção de estrutura de oportunidades e restrições políticas, no que se refere aos contextos políticos e sociais como elementos capazes de influenciar as tomadas de decisões.

Para nossos propósitos, adotamos a seguinte definição de movimentos sociais: desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com opositores, nesse aspecto, esta definição apresenta quatro propriedades empíricas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada (Tarrow, 2009).

A seguir apresentaremos exposições teórico-conceituais que fundamentam nossas análises.

1.1. A noção de Repertório

Charles Tilly desenvolveu sua Teoria do Processo Político (TPP) numa espécie de antagonismo às explicações economicistas, de-

terministas e psicossociais, tais como o paradigma da Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), a Teoria da Escolha Racional (TER) ou a Teoria dos Movimentos de Massas (TMM) (Bodart; Pereira, 2017). Desse diálogo conflituoso se desenvolveu a noção de “repertório” de ações coletivas; conceito adotado para descrever os meios definidos da ação coletiva em um conjunto familiar de ações coletivas que estão à disposição dos indivíduos e de um dado ator coletivo (Alonso, 2012). Repertório ficou entendido “[...] como as formas historicamente limitadas de ação conhecidas e vistas como legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, se tornando assim rotineiras” (Pereira; Silva, 2017, s/n). Como destacou Alonso, as noções de repertório foram, por Tilly, emprestadas da música “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (Alonso, 2012, p. 22).

O conceito tillyano ressalta a temporalidade das estruturas culturais e, ao mesmo tempo, dá espaço aos atores, uma vez que a lógica das conjunturas políticas leva os atores a terem escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças. Atentamos para uma observação de Alonso (2009), no que se diz respeito à busca de interesses compartilhados, de que apenas esta característica não gera a ação, uma vez que não podendo contar com estruturas de mobilização, recursos formais e informais que facilitam a organização dificilmente uma ação coletiva se dará de forma exitosa e sustentada.

O conceito, em Tilly, de repertório apresentou uma evolução desde os anos de 1970⁵. As críticas a esse conceito, nas décadas de 1970 e 1980, se davam no sentido de que as análises sobrevalorizavam dimensões estratégicas e menosprezavam o simbolismo, a cultura. A evolução conceitual foi uma resposta às críticas, fazendo com que o conceito “ressurgisse” nos anos de 1990 na tentativa de se estabelecer a TPP no campo da Sociologia Política.

5 Para mais detalhes ver Alonso (2012).

Ainda na discussão acerca do repertório de um movimento social, vemos a necessidade de destacar a emergência do conceito de “performance”, que substitui, em parte, a noção de rotina social, ressignificando a interpretação das ações de um ator coletivo. Cada “performance” é singular, pois, agrega símbolos e segredos locais e de um dado período histórico (Alonso, 2017). Um conjunto de “performances” compõe um repertório (Tilly, 2008).

Na interação dos atores coletivos as “performances” não se seguem necessariamente o *script* determinado pelo repertório, apesar que exista uma conformidade com suas configurações. As interações envolvem um processo de inovação em que se privilegia, ao mesmo tempo, o imprevisto e a capacidade dos atores em adaptarem suas “performances” para se inserir em um dado contexto, grupo ou sociedade. Assim, faz imprescindível adotar a noção de “performance” neste estudo; afinal, nos possibilita melhor apreensão das especificidades locais e culturais das ações coletivas.

Para além da classificação de Tilly (2006) de “performances” reivindicativa [*claim-making performances*] prescritas, toleradas e proibidas, conflitivas e não conflitivas, nos apropriamos de uma categorização que considera a institucionalidade das ações, como fez Leitão (2012).

Quadro 1 - Matriz dos tipos de relação entre Estado e movimentos sociais.

	Institucional	Não Institucional
Conflitivo	Institucionalização	Contestação
Não conflitivo	Assimilação/Cooptação	Colaboração

Fonte: Leitão (2012).

As tipologias da matriz Leitão (2012, p.30) foram assim conceituadas:

1. Contestação: esse seria o caso mais próximo da literatura tradicional acerca dos movimentos sociais. A relação entre

o Estado e os movimentos é conflitiva e não institucionalizada. Nesse modelo, não há espaços e canais formais de interlocução. O conflito violento, a ação direta, mobilizações de rua etc são os principais repertórios de ação dos movimentos sociais em um contexto deste tipo.

2. Colaboração: nesse modelo, o conflito é baixo e, apesar de não haver espaços institucionais de relação entre Estado e movimentos sociais, existe uma colaboração entre ambos.

3. Assimilação/Cooptação: nesse modelo, o conflito é praticamente inexistente e os movimentos sociais colaboram com o Estado através de espaços formais de participação.

4. Institucionalização: [...] Neste modelo, há espaços formais de participação nas estruturas do Estado, porém o conflito político segue existindo e os repertórios de ação são amplos. Nesse modelo, os partidos políticos são os principais mediadores da relação Estado-movimento.

A partir do diálogo existente entre a TPP e outras teorias que se voltam para a análise dos movimentos sociais e da breve exposição das considerações já realizadas, tomamos a noção de repertório como um conjunto limitado, familiar e historicamente criado a partir de “performances” reivindicativas, através das quais as pessoas se engajam em disputas políticas. Elas podem variar de acordo com os ciclos de protestos. Um repertório inclui performances diversas que variam de acordo com os incentivos ou constrangimentos da estrutura de oportunidade política, indo desde ações contenciosas às ações de cooperação.

A partir das colaborações apresentadas, produzimos o quadro 2, o qual balizará nossas análises tipológicas do repertório do MST de Alagoas.

Quadro 2 - Matriz dos tipos de relação entre Estado e movimentos sociais

	Institucional	Não Institucional
Conflitivo	Institucionalização	Contestação
Não conflitivo	Assimilação/Cooptação/Colaboração	Colaboração

Fonte: Elaboração própria a partir das colaborações de Leitão (2012) e Bodart (2016).

Por institucional entendemos as ações consolidadas por meio de regras e/ou direitos, limitados pela legalidade vigente, estando prescritos. Por não institucional compreendemos as ações não prescritas, informais ou não aceitas pelo Estado. O conceito adotado de assimilação refere-se ao ato do movimento social atuar em acordo com o Estado, assimilando suas ideias, ações e propostas. Por cooptação entendemos a prática de “compra” do apoio em troca de favores, cargos políticos, etc. Na colaboração os movimentos sociais, mantendo suas convicções e interesses, enxergam a oportunidade de colaborar com o Estado a fim de atender suas demandas. Outra possibilidade de atuação dos movimentos sociais está na introdução, no interior do Estado, de integrantes que passam a influenciar ou direcionar a agenda política.

1.2 Estruturas de Oportunidades e Restrições Políticas

A TPP enfatiza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos. Para Tarrow (2009) e Tilly (2008) é essa estrutura que reduz ou amplia as possibilidades de atores se engajarem nos movimentos sociais. Essas oportunidades e restrições são produtos históricos da interação entre os próprios atores sociais e, sobretudo, a relação destes com as formas de governos. Portanto, nos parece plausível a ideia de que os atores podem e são capazes de atuar de forma colaborativa com o Estado em contextos de maiores oportunidades e menores restrições (Bodart, 2016).

Entendemos Oportunidades Políticas como dimensões consistentes do sistema político que fornecem incentivos à ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao fracasso ou sucesso da ação coletiva (Tarrow, 2009). Dentre os incentivos à ação coletiva, destacamos: abertura do acesso à participação para novos atores; a evidência de realinhamento político no interior do sistema; o aparecimento de aliados influentes; divisões emergentes no interior da elite; declínio na capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência; mudanças na legislação e nas formas de governos democráticos. Chamamos de restrições políticas fa-

tores que podem desencorajar ou estimular o confronto (Tarrow, 2009), tais como a atuação das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes. Estas definições nos transmitem a noção de um fenômeno situacional e relacional, isto é, esse aspecto variável das oportunidades e restrições aparece de modos diferentes em diversos sistemas e muda com o tempo. Contudo, cabe aqui um alerta de Tarrow (2009) sobre o referido conceito, afirmando que “[...] o fato de as oportunidades políticas terem uma natureza mutável não significa que elas não tenham importância na formação dos MS”. Dito isto, o termo estrutura de oportunidades políticas será compreendido como um conjunto de indícios de maior ou menor abertura ou/e incentivos à participação em ações coletivas, o que acaba por colocar em movimento uma cadeia causal que poderá levar a uma interação sustentada.

É importante destacar que as oportunidades políticas e as restrições podem, em certa medida, se diferenciar entre as esferas nacionais e locais, a depender do perfil de seus governos⁶ (mais ou menos democrático), sobretudo em países como o Brasil, composto por federações, ou como nos Estados Unidos, onde a autonomia dos estados é ainda maior. Contudo, existe um sistema político nacional (sob influências mundiais) que imprime configurações locais.

Optamos por adotar o conceito de Estrutura de Oportunidades e Restrições Políticas por nos fornecer capacidade analítica em torno da questão do confronto político e dos movimentos sociais. A partir dessa chave interpretativa nos parece possível estarmos mais sensíveis às características de quaisquer contextos políticos e sociais relacionados à emergência de ações coletivas de interação, movimentos sociais e/ou ciclos de confronto. Esse

6 À título de exemplo, ainda durante a Ditadura Militar, em Boa Esperança (ES) e Lajes (SC) adotaram na gestão municipal de 1978 a 1982 o que posteriormente seria conhecido como orçamento participativo, tendo envolvido no planejamento orçamentário a sociedade civil e grupos organizados (Torres; Bodart, 2016).

conceito também facilita a compreensão da relação entre os movimentos sociais e as estruturas políticas institucionalizadas, como os partidos políticos, o que é nosso objetivo central.

2 Metodologia

A coleta de dados foi construída, num primeiro momento, por entrevistas semiestruturadas a integrantes do MST e de partidos políticos. Ainda que tivéssemos tido dificuldades encontradas no campo, o que nos levou a um número reduzido de entrevistados, foi possível identificar um ponto de saturação da coleta dos dados. O critério de inclusão na amostragem foi “estar envolvido diretamente com os referidos agentes da pesquisa” e o critério de exclusão “o não envolvimento”.

Uma estratégia de abordagem considerada eficaz, para o nosso estudo, foi a de iniciar as entrevistas com um militante consolidado, que ocupava um cargo importante do movimento, mesmo que isto tivesse trazido dificuldades na coleta inicial devido à falta de espaço na agenda dos sujeitos entrevistados. Para driblar essa dificuldade optamos por intermediar algumas entrevistas através do aplicativo WhatsApp. Por meio de conversa em áudio, foram realizadas cinco entrevistas abertas e em profundidade, como indica a tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados.

Entrevistados	Função/atividade	Sexo	Tempo de Militância
Entrevistado 1	Coordenação Nacional (MST)	Feminino	18 anos
Entrevistado 2	Dirigente Nacional (MST)	Masculino	34 anos
Entrevistado 3	Componente Frente de Meio Ambiente (MST) e membro do PCB	Masculino	Aprox. 7 anos
Entrevistado 4	Militante de Juventude (MST)	Masculino	5 meses
Entrevistado 5	Integrante Comissão de Formação de Juventude (PCB)	Masculino	13 anos

Fonte: Elaboração própria (2017-2018).

As conversas informais com os entrevistados foram também, sob concordância, inseridas no *corpus* da pesquisa. Isso se deu porque em alguns momentos as entrevistas gravadas ou enviadas pelo aplicativo de smartphone intimidaram as falas dos entrevistados. Algumas informações importantes foram passadas com o gravador desligado⁷ ou em contexto cujo o qual ainda não havíamos formalizado a possibilidade de ampliar as entrevistas usando mensagens de voz via WhatsApp.

Num segundo momento, foram coletados dados referentes às ações coletivas do MST em: i) sites jornalísticos, sendo eles *GazetaWeb*⁸, *TNH1*⁹ e *CadaMinuto*¹⁰; ii) em redes sociais, no perfil oficial do MST no Facebook¹¹ e; iii) no site oficial do MST¹². O recorte temporal foi delimitado a partir da disponibilidade da primeira matéria envolvendo ações coletivas do MST de Alagoas até a última encontrada na data da coleta, a qual abarca o período entre abril de 2015 e abril de 2018.

Para operacionalizar nossa análise foi preciso tabular os dados numa matriz produzida em planilha do tipo Excel segundo critérios definidos pelo enquadramento teórico adotado e elencando as variáveis basilares para uma interpretação dos movimentos sociais segundo o repertório e as práticas políticas contenciosas.

A princípio classificamos as ocorrências coletadas nos sites jornalísticos e nas redes sociais destacando quatro variáveis: i) a data de início da ação coletiva; ii) ação propriamente dita; iii) tipo de tática do repertório e relação com outros atores coletivos; e iv) quantidade de envolvidos. Após identificado alguns pa-

7 Embora com permissão de uso.

8 Disponível em: < <http://gazetaweb.globo.com/portal/>>. Acesso em: jun. 2018.

9 Disponível em: < <http://www.tnh1.com.br>>. Acesso em: jun. 2018.

10 Disponível em: < <http://www.cadaminuto.com.br>>. Acesso em: jun. 2018.

11 Disponível em: < <https://pt-br.facebook.com/MovimentoSemTerra>>. Acesso em: jun. 2018.

12 Disponível em: < <http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: jun. 2018.

drões e realizada análises quantitativas, confrontamos as informações coletadas com os discursos presentes nas entrevistas.

3. O “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” Em Alagoas

Os problemas fundiários motivadores da emergência do MST no eixo centro-sul do país, em 1984, estavam também presentes em Alagoas; do mesmo modo, a luta dos camponeses contra a expropriação de terra e o avanço dos latifúndios no estado. Não podemos olvidar que os camponeses também contaram com o apoio de grupos e instituições importantes no território nacional, com destaque para a CPT (Fernandes, 2000).

Foi numa região chamada por Terra Preta, hoje União dos Palmares (AL), onde deu-se início a organização do MST de Alagoas, agregando a luta dos trabalhadores rurais e dos quilombolas. Entretanto, a primeira ocupação de terra, como prática política do movimento, ocorreu no município de Delmiro Gouveia no ano de 1987; depois, em 1989 no município de Penedo, e no mesmo ano em Taquarana. Ainda em 1989 fizeram ocupação no município de São Luís do Quitunde. Foram esses conflitos em torno da terra que possibilitaram ao MST se consolidar enquanto organização dos trabalhadores do campo no estado de Alagoas (Fernandes, 2000). Já no ano de 1999, contabilizavam-se 47 assentamentos rurais distribuídos em 23 municípios do estado alagoano, especialmente na região norte do estado, isto devido à concentração de latifúndios abandonados ou não utilizados (Lages; Ramos, 1999).

O MST se organiza - influenciado pelo marxismo - em torno de demandas materiais, da terra, buscando priorizar princípios tidos pelo grupo como humanitários, se organizando de forma sistematizada com o intuito de proteger as características e princípios do próprio movimento. Esses princípios e caracte-

terísticas foram e são de grande relevância na consolidação do alinhamento interpretativo e na consolidação da construção da identidade dos militantes. É através da organização e hierarquização do movimento no plano local - orientado pelas diretrizes nacionais - que as questões programáticas do movimento são massificadas. A fim de unificar os militantes em torno de um alinhamento interpretativo, há cursos de formação ofertados sistematicamente e indicações para que os integrantes atuem em grupos de tarefas, as brigadas. Não podemos desconsiderar que a própria militância possui um caráter pedagógico, ou seja, a própria participação ensina os militantes a participar.

A linha política, o programa, as formas de atuações e encaminhamentos são todos definidos na instância organizativa de maior poder deliberativo, a saber: o Congresso Nacional, que ocorre a cada cinco anos, e o Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. Há também, para garantir a aplicação do plano do movimento, direções e coordenações, estaduais, regionais e nacionais. Durante o processo de entrevista notamos um discurso uniforme, no que diz respeito à organização hierárquica do movimento, o qual representamos com o seguinte enxerto:

O MST ele tem suas instancias organizativas né? Podemos citar o congresso nacional que é a instancia máxima do movimento onde se reúne militante de todos os estados [...]. Temos o encontro nacional que tem o caráter de incluir ou de participação de dirigentes que estão ocupando cargos [...]. Daí temos as coordenações nacionais né [...] que tenta manter a aplicação dos princípios e definições do movimento [...]. Temos a direção nacional, que é aquela que discute e propõe as linhas políticas do movimento. Temos as coordenações regionais [...] que também discutem e buscam desenvolver as lutas regionais (Entrevistado 4).

O MST de Alagoas divide o território em microrregiões específicas, segundo critérios do próprio movimento; sendo estas muitas vezes definidas considerando onde encontram-se as fa-

mílias militantes do movimento, culminando na formação de agrupamentos. Nestes agrupamentos do povo do campo, organizados pelo MST, encontramos grupos de tarefas, chamados de brigadas.

[...] nós subdividimos o estado por que nós chamamos por brigadas e por região. Nós temos praticamente quatro regiões ou por que não dizer cinco; a região do Sertão nós chamamos Virgulino Ferreira, a outra região do Agreste chamamos de Maria Bonita e a região que pega a região de Atalaia chamamos a região de Carlos Marighela e a região que pega a Zona da Mata nós chamamos de Zumbi dos Palmares e nessas regiões são subdivididas por brigadas. Atuamos em torno de dez brigadas (Entrevistado 2).

Nos encontros e congressos estaduais também são discutidas as linhas gerais de atuação e direcionamento político, ficando atrás somente, em importância e poder deliberativo, das instâncias superiores, congresso e encontro nacionais. Os encontros de caráter estadual têm como objetivo, além de tratar as demandas locais, levar à esfera nacional as experiências e deficiências, assim como as demandas locais e/ou regionais.

Para resolver o problema da mobilidade de atuação, devido a hierarquização organizativa, o MST criou os “setores”. Trata-se de uma espécie de frente de ação ou comissão executiva responsável por tratar de uma ou mais categorias de demandas. Atualmente o MST está organizado em 10 (dez) setores, a saber: setor de produção, cooperação, meio ambiente, formação, educação, saúde, gênero, juventude, direitos humanos e frente de massas. Encontramos os setores no nível regional, estadual e federal. Entretanto, em algumas localidades é possível não encontrarmos todos os dez setores, conforme o padrão desejado pelo movimento.

Em certo sentido, nos parece correto considerar que a forma organizativa do movimento e o não desprendimento das deman-

das materiais, da terra especialmente, são fatores que asseguram a manutenção de seu alinhamento interpretativo.

3.1 O MST e suas relações com outros atores políticos

No período analisado (2015-2018) as ações do MST têm como principal opositor, em 79% das ações, o Estado. É importante destacar que o partido que esteve no governo nesse período foi o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), antigo desafeto do MST nacional. Outro elemento a ser considerado para entender a postura no MST de Alagoas é o fato de seus integrantes identificarem que há falhas estruturais no aparelho estatal e que disto decorre uma série de negligências por parte das gestões que envolve suas demandas, entendendo, sob uma perspectiva marxista, que o Estado é representante das classes sociais economicamente privilegiadas.

Notamos que na totalidade das ações coletivas identificadas em nosso levantamento, o MST de Alagoas sempre contou com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra. As ações coletivas do MST tiveram como apoio a participação dos seguintes atores coletivos: CPT, Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Luta pela Terra (MLT), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento Unidos Pela Terra (MUPT), Movimento Via do Trabalho (MVT), Movimento Social de Luta (MSL), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAG), Governo do Estado de Alagoas (Secretaria de Agricultura) e INCRA.

Encontramos nas ações do MST, ora com centralidade, ora como plano de fundo, as seguintes reivindicações: i) ausência de esforços, por parte do Estado, para a realização da reforma agrária no país; ii) escassez de políticas públicas que promovam desenvolvimento agrário beneficiando os camponeses; iii) aplicação de reformas que afetam os direitos conquistados pelos trabalhadores; e iv) a violência contra a mulher.

O MST de Alagoas identifica o Estado como responsável pela manutenção do atual *status quo*, sobretudo, pela concentração fundiária e aprofundamento nas diferenças sociais. A leitura que o movimento faz sobre Estado é convergente com a concepção marxista, isto é, o MST o compreende como garantidor de privilégios da classe dominante e não atua em prol dos trabalhadores do campo, mas, sim, em benefício do mercado. Leitura representada através da entrevistada 1, coordenadora do MST de Alagoas:

[...] Como o Estado não faz o seu papel, porque nós temos um Estado burguês, conservador, um Estado que os donos de terra é quem domina, quem está por dentro, então acaba que a ação do movimento social é fundamental. Então a relação, seja com Estado, é uma relação sempre muito crítica, por que esse Estado estruturado nos três poderes, legislativo, executivo e judiciário, são poderes que não estão a serviço do povo brasileiro, não estão a serviço da reforma agrária; então é sempre uma relação muito conflituosa (Entrevistada 1).

Embora pareça haver distinção entre Estado e Governo, a interação aparece ser quase sempre contenciosa por enxergarem as relações a partir da ideia de luta de classes. Situando-se do lado dos explorados, o MST enxerga na figura estatal um representante legítimo do inimigo histórico dos trabalhadores e, conseqüentemente, o coloca como seu principal opositor. Nos parece ter esse alinhamento importante papel na autonomia e integridade dos valores e dos ideais apresentados pelo ator coletivo, mesmo se optarem momentaneamente por tecerem alianças e interações colaborativas com o Estado e/ou governos¹³.

O forte discurso de oposição ao Estado explica, em parte, porque predominam as pesquisas que se voltam ao MST sob arcabouço teórico marxista e neomarxista. Contudo, nos parece ser importante analisar elementos do processo político que envolvem

13 O que não significa que indivíduos não possam vir a ser cooptados e abandonem os princípios do grupo.

suas ações, tais como seu repertório e as relações estratégicas com partidos políticos e o Estado, superando a generalização interpretativa de cooptação.

No que diz respeito às relações entre o MST e os partidos políticos, observamos que se dão, especialmente, para a construção de atos públicos específicos, a saber: na interação através do ato público denominado “o grito dos excluídos”, que ocorre rigorosamente no dia 7 de setembro; nas paralisações dos trabalhadores de diversos setores a nível nacional e até em ações de apoio a personagens do cenário político.

O principal elemento que viabiliza as interações entre MST e partidos políticos é a compatibilidade de pautas, pelo menos no momento de interação. Contudo, essa relação acontece de forma esporádica, pois, em nosso levantamento, das 29 ações coletivas contabilizadas, apenas em quatro momentos encontramos a presença dos partidos políticos (ver tabela 2).

Tabela 2 – Formas de Interação do MST de Alagoas com atores políticos (2015-2018).

Formas de Interação	Ocorrências	Percentual
Em confronto com Estado	23	79,81
Em proximidade com Estado	4	13,78
Em confronto com Partido Político*	0	0,00
Em proximidade com Partido Político**	4	13,78
Interações não classificadas por falta de informações	2	7,00

Fonte: Elaboração própria com base nos sites pesquisados e na página oficial do MST no Facebook.

Observamos que as ações do MST-Alagoas são, em sua maioria (79,81%), de natureza conflitiva, e que durante o recorte temporal analisado não realizaram nenhuma ação conflitiva com os partidos políticos. Quanto à possibilidade de proximidade, não observamos uma tendência maior de se relacionar mais com os partidos políticos do que com o Estado.

Observamos, durante no nosso recorte temporal, que as interações de proximidade do MST-Alagoas com os partidos políticos e com o Estado acontecem em conjunto e/ou somente em contextos específicos. Foram eles: i) com o Estado e com partidos de esquerda, através da realização da Feira Camponesa dos Produtos dos assentamentos; e ii) com partidos políticos de esquerda, nas ocasiões de manifestações em apoio a personagens da política institucionalizada. Observando de forma agregada as ações conflitivas, notamos que estas correspondem a 79,8% dos casos observados, contra 13,7% de ações de proximidades com os partidos ou com o Estado. Não tivemos elementos suficientes para classificar 7% das ações.

Ações de proximidade com o Estado, embora sejam 13,7% do total, aconteceram somente no cenário da construção da Feira Camponesa, cujo objetivo é a divulgação da luta do movimento e escoamento da produção oriunda das terras conquistadas. Mesmo havendo uma ação de proximidade com o Governo e a prefeitura para a viabilização das estruturas materiais para a feira, o sentido político dado pelos integrantes do MST-Alagoas ainda é de conflito, em que se continua a compreender o Estado como opositor. Contudo, essa proximidade representa, no contexto político e histórico do MST, um afrouxamento momentâneo nas tensões durante o processo de realização da feira.

Quanto às interações de proximidade com os partidos políticos, além da Feira Camponesa, também observamos o surgimento de um cenário que culminou na mobilização com fins de declarar que o MST não concordava, por conta da prospecção de uma ampliação das restrições políticas, com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, colocando-se ao lado do Partido dos Trabalhadores (PT) em diversas mobilizações. Ainda que nas entrevistas tenhamos notado a tendência de aparecer um discurso de não assimilação dos interesses de partidos políticos, o apoio em ações públicas ao ex-presidente Lula é uma demonstração de que o MST ainda mantém forte ligação com o Partido dos Traba-

lhadores (PT). É possível que a elevada rejeição do Partidos dos Trabalhadores após o último Governo Dilma, mesmo no interior da esquerda, tenha levado à ampliação do discurso de autonomia partidária.

Buscamos aplicar a matriz tipológica dos tipos de relação de MST-Alagoas com o Estado e com os Partidos Políticos a fim de melhor caracterização das ações coletivas. Os dados são apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Matriz dos tipos de relação entre MST-Alagoas e Estado, 2015-2018.

	INSTITUCIONAL	NÃO INSTITUCIONAL
CONFLITIVO	Institucionalização Ato Público Marcha	Contestação Acampamento Bloqueio de BR Ocupação
NÃO CONFLITIVO	Assimilação (Não identificamos)	Assimilação (Não identificamos)
	Colaboração Feira Camponesa Ato público de defesa de personalidade política (Lula)	Colaboração (Não identificamos)

Nota: A não identificação de assimilação e colaboração não institucional não representa dizer que não há, mas que com a base de dados selecionada não foi possível observar.

Fonte: Elaboração própria com base nos sites pesquisados e na página oficial do MST no Facebook.

Observa-se, por meio dos quadros 2 e 3, que a interação do MST de Alagoas acontece predominantemente em ações não institucionais de oposição ao Estado, o que fortalece a afirmação anterior de que o Estado é visto como um opositor aos interesses dos militantes. Nota-se, por meio do quadro 3, que o movimento não apresentou ação que pudéssemos classificar como “assimilação”, o que se explica pelos esforços do MST em manter um alinhamento interpretativo consolidado e sem influências aparentes do Estado ou dos partidos políticos de esquerda; mesmo que estes

últimos sejam aliados. Como o *corpus* da pesquisa foi composto por notícias públicas e entrevistas aos militantes do MST é possível que atos marcados por assimilações não tenham aparecido de forma a refletir o que de fato ocorre. Mas essa ausência nos dados coletados nos parece ser estratégia importante do movimento para manutenção de seu alinhamento interpretativo.

Segundo o Entrevistado 1, o MST busca se constituir como uma força política através da articulação com outros setores, incluindo os partidos políticos de esquerda, que apresentam plano compatível com as ambições do movimento. O entrevistado 3, militante do MST, que posteriormente à sua integração ao MST se filiou ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), afirma que o movimento está aberto a todos os trabalhadores e trabalhadoras, não fazendo distinção de gênero, raça, credo religioso e identificação partidária, desde que esta participação respeite os princípios e normas do movimento social. Em outras palavras, o diálogo entre partidos políticos e MST só não ocorre de forma conflituosa quando o partido em questão se mostra disponível e interessado em apoiar as ações coletivas do movimento ou para a construção de ações coletivas de frente unificada de lutas. Notamos que no discurso dos entrevistados, a possibilidade de assimilação de ideias ligadas ao Estado ou a outros partidos é desconsiderada.

Se você chegar lá de forma amistosa e não gesticulando a bandeira do seu partido, mas, sim a frente coletiva que você se dispõe a construir, eles são amistosos. [...] a relação muda, ela fica meio com clima de feira de interior saca? [...] Agora se você chega lá gesticulando mais a sigla da sua organização do que a frente coletiva que você está construindo, eles se fecham (Entrevistado 5).

Nessa intersecção, MST-partidos políticos, o movimento social apenas estaria aberto, segundo os entrevistados, a interações de proximidade e ou apoio sem “intromissão” do partido no direcionamento das pautas do MST de Alagoas.

[...] Pela primeira vez na história nos definimos na instância maior do estado, que é nosso encontro estadual com mais de 800 delegados. Nós definimos que nós iríamos ter indicação a candidato a deputado federal, de apoio, e que iríamos trabalhar para eleger esses candidatos (Entrevistado 1).

Nessa ocasião, eleições federais de 2014, o apoio foi para o candidato Paulão (PT). O que possibilitou a aglutinação de forças foi a trajetória do candidato. Paulão é uma figura conhecida na luta dos camponeses em Alagoas e já havia constituído alianças com o MST e participado de ocupações e processos de reintegração de posse junto com os camponeses do MST. Na perspectiva do ator coletivo, um parlamentar com ligações tão íntimas com o movimento do campo abriria uma maior possibilidade de negociação e até de interlocução com os poderes legislativo e executivo, no sentido de demandar criações de políticas públicas que viabilizam o desenvolvimento social no e do campo.

O MST trata as relações com os partidos de esquerda como oportunidades para alianças táticas ou estratégicas que propiciam maior ou menor possibilidades de ações e/ou de conquistas de suas reivindicações. Desta forma, para o MST-Alagoas, as alianças com determinados partidos - embora muitas vezes forjadas na prática da política contenciosa - é uma opção de ação amplamente considerada. Entretanto, devendo ser avaliado e discutido, democraticamente, desde a base.

[...] em relação aos partidos eu diria que uma possibilidade de ter um malefício na relação seria se o movimento perdesse sua autonomia [...] nós procuramos trabalhar uma relação. Agora não quer dizer que se a organização concorda com o posicionamento de determinado partido que ela é submissa a ele, por que senão se cria a ideia de que pra você ser autônomo você precisa permanentemente ser contrário a posição daquele indivíduo ou partido, não é isso que se trata [...] o movimento ele é orientar, ninguém tem o voto de ninguém não, não é a questão do voto de cabresto, é muito mais uma perspectiva de trabalhar a consciência (Entrevistado 1. sic.).

O que corrobora com o posicionamento do entrevistado 2, conforme exibido no enxerto a seguir:

Nós temos de fato alianças táticas e alianças estratégicas, a nossa aliança estratégica é com a esquerda que de fato mantenha um projeto de distribuição de riqueza um projeto em que, digamos assim, que seja contra a concentração da propriedade, a concentração da riqueza, então isso tem possibilidade de se fazer algumas alianças estratégicas em busca do socialismo, mas tem alianças táticas que nós, como movimento social, utilizamos pra atingir nosso objetivo que é a reforma agrária e a mudança na sociedade (Entrevistado 2)

Já para os militantes mais próximos da base do movimento social, militante em processo de consolidação no movimento, as relações com os partidos políticos e com outros movimentos são percebidas como inofensivas às dinâmicas e aos princípios do movimento.

Para os integrantes do MST é fundamental a defesa da autonomia do movimento. Nas entrevistas ficou evidenciado que há um esforço coletivo para a manutenção dessa autonomia. Os partidos políticos de esquerda ao se aproximarem do MST tendem a economizar esforços no sentido de interferir na política interna do movimento, objetivando apenas o apoio do movimento num segundo momento da interação sustentada. Para ilustrar nossa percepção desse detalhe, segue enxerto de entrevista:

Se eu fosse político ideologicamente o PCB e o MST têm uma diferença muito grande né? [...] tem um diálogo, uma aproximação, muito moderada digamos assim de cunho político entendeu, é mais voltado as ações coletivas do próprio MST assim como, eu também imagino, um outro sindicato, entendeu? Eles são radicais até o ponto onde os pés do sindicato alcança (Entrevistado 5).

Em contato com os entrevistados notamos que os militantes são absorvidos pela estrutura organizativa do movimento e são colocados em contato direto com as demandas e com o processo de formação continuada oferecidos pelo próprio movimento (tais como palestras, rodas de conversas, mesas e fóruns de debates etc.), corroborando com a reprodução dos ideais e valores que alimentam o alinhamento interpretativo do MST.

3.2 O Repertório do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Alagoas

No que tange as estruturas de organização das mobilizações, observamos que o MST privilegia a construção de um calendário de ações coletivas marcado por datas significativas para os movimentos do campo, como a data do “massacre de Eldorado dos Carajás”, sendo ele construído democraticamente nos encontros estaduais.

A tabela 3 apresenta as mobilizações ocorridas entre 2016 e 2018 em Alagoas.

Tabela 3 - Mobilizações do MST-Alagoas, 2016-2018.

Objetivo	Sequência	Data	Pessoal Mobilizado
Defesa da Reforma Agrária	Marcha/ Jornada 1	26/04/2016	1.500 trabalhadores
Luta por Política Pública de Desen. Agrário	Marcha/ Jornada 2	05/09/2016	Sem Informações
Memória Massacre de Eldorado dos Carajás	Marcha/ Jornada 3	17/04/2017	3.000 trabalhadores
Defesa da Reforma Agrária	Marcha/ Jornada 4	17/10/2017	2.500 trabalhadores
Pelo Fim da Violência contra a Mulher	Marcha/ Jornada 5	09/03/2018	2.500 trabalhadores

Fonte: Elaboração própria com base nos sites pesquisados e na página oficial do MST no Facebook.

As mobilizações mais comuns do MST são as marchas (ou jornadas). A marcha se inicia no interior do estado de Alagoas e finaliza na capital, geralmente nas secretarias de Estado ou no INCRA, acarretando uma cadeia de “performances” reivindicatórias que pode abarcar, com exceção à Feira Camponesa, todas as outras ações elencadas na tabela 2. Os discursos em defesa da Reforma Agrária e a luta por políticas públicas de desenvolvimento do campesinato acabam por mobilizar trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essa tática de mobilização pautada nas jornadas se mostra bastante efetiva em se tratando de agregar participantes em uma ação de “performance” baseada em demonstração pública reivindicativa.

Contabilizamos um total de seis “performances” diferentes nas ações do MST e as categorizamos em: 1. “Ocupação”, como sendo as ações de posse ou uso de propriedade da terra e/ou imóveis; 2. “Bloqueio de Rodovias”, que seriam as interrupções de rodovias federais e estaduais; 3. “Marcha”, como sendo as caminhadas e/ou jornadas pelo território do estado de Alagoas em defesa da reforma agrária; 4. “Acampamento”, caracterizado por ações de intersecção entre as marchas e as ocupações; 5. “Feira Camponesa”, constituída da prática de escoamento e divulgação da produção em terras de reforma agrária e; 6. “Ato Público”, marcado pelas ações de demonstrações de protesto público.

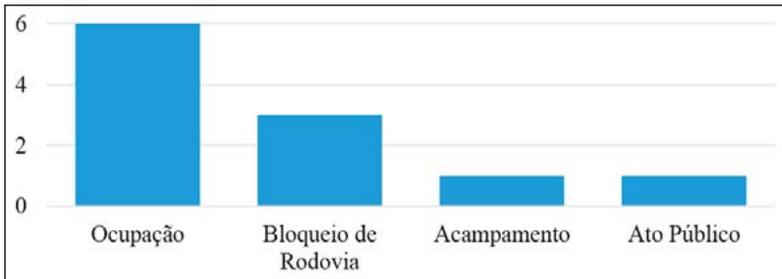
Tabela 4 - Tipos de performances do MST-Alagoas, 2016-2018.

Performance	Ocorrências	Percentual
Ocupação	9	31,04%
Bloqueio de Rodovias	7	24,14%
Marcha/Jornada	5	17,25%
Acampamento	1	3,45%
Feira Camponesa	5	17,25%
Ato Público	1	3,45%
Sem informação	1	3,45%
Total:	29	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos sites pesquisados e na página oficial do MST no Facebook.

Todas as cinco vezes em que o MST utilizou das “performances” marcha/jornada também ocorreram ocupações. Em três delas houve bloqueios de rodovias e em uma acampamento e ato público. Ou seja, a informação global das ações coletivas contabilizadas pode nos induzir a uma leitura equivocada no que diz respeito à frequência e à diversidade das táticas utilizadas do repertório porque uma “performance” se transforma, em dado momento, em outra, que podem acabar coexistindo.

Ao acompanhar e analisar os desdobramentos e o desenvolvimento das marchas/jornadas empregadas pelo MST, nos ficou claro que as alternâncias na estrutura de oportunidades e contrangimentos políticos influenciam o desenvolver das ações coletivas no instante em que estas ocorrem, uma vez que cada evento apresentou aspectos e ações diferentes, influenciados pelas estruturas de oportunidades existentes no momento. Ficou evidente a preponderância da “performance” reivindicativa na construção e utilização do repertório, uma vez que as marchas se iniciam em municípios distintos e as características locais, da luta pela terra, influenciam diretamente os caminhos tomados pela marcha, podendo variar segundo as demandas do momento histórico. Assim, as demandas materiais das diferentes regiões do estado de Alagoas têm impacto direto na forma de atuação. Os fatores que se mostram preponderantes na tomada de decisões durante o desenvolvimento das marchas estão relacionados com a segurança do pessoal mobilizado e, principalmente, às oportunidades de negociação com o opositor que a ação coletiva pode gerar. O gráfico 1 destaca as ações que eclodiram a partir da Marcha.

Gráfico 1 - Ações no desenvolvimento da Marchas/Jornadas, 2016-2018.

Fonte: Elaboração própria com base nos sites pesquisados e na página oficial do MST no Facebook.

Ao analisarmos a “performance” da marcha observamos que a mesma se desdobra, em determinados momentos, em outras ações coletivas. Se desconsiderássemos esse desdobramento, das 29 ações contabilizadas teríamos apenas 19. Algumas formas de ações, como acampamento e ato público, não seriam consideradas como estratégias de ação, afinal emergem apenas no transcórre de uma das marchas estudadas. Se interpretarmos o conjunto das ações do gráfico 1 como “performances” específicas, diferentes das táticas de mobilização de pessoal, teríamos uma situação em que a tática de mobilização de pessoal, a marcha, seria relativamente responsável por 41,67% das ações coletivas estudadas. Usando a classificação de Tilly (2006), podemos afirmar que as “performances reivindicativas conflitivas” vêm sendo as mais utilizadas pelo MST de Alagoas.

Contudo, nossa interpretação buscou considerar cada atividade elencada na tabela 2 com o repertório do MST de Alagoas. Através desse entendimento, a tática de mobilização de pessoal do MST se mostra responsável por 43,50% das ações estudadas. Tal escolha nos possibilitou compreender que a existência de um repertório de ações possibilita o MST de Alagoas atuar de forma dinâmica, o que colabora para maximizar as possibilidades de gerar surpresas aos oponentes; elemento importante para o sucesso de um movimento social.

4 Considerações Finais

Ao nos apoiarmos na hipótese de que as ações do MST são frutos de interações complexas entre variados atores, nossa atenção acabou se voltando às interações do movimento, especificamente o MST de Alagoas, e os desdobramentos destas na dinâmica interna do movimento e o seu repertório. Foram três os questionamentos que guiaram nossa pesquisa, a saber: i) qual o impacto da relação movimento social e partidos políticos nas tomadas de decisões do MST? ii) por que nem sempre as ações do MST são de confronto com o Estado?; iii) como um membro de partido pode se relacionar formal e informalmente com o MST ou vice-versa?

As contendas políticas que marcaram o MST, desde sua emergência até os dias atuais, contribuíram para a construção de uma forma organizativa bastante sensível às demandas emergentes do campo e à manutenção do alinhamento interpretativo e da autonomia do próprio movimento. Foi evidenciado que o MST é essencialmente um movimento social de contestação, ou seja, trata-se de um ator coletivo conflitivo em relação ao Estado. Mesmo em suas ações de aproximação tende a não perder suas características contestatórias.

O conjunto de dados levantados demonstra a centralidade das marchas nas ações do MST de Alagoas. Além de serem ações coletivas que se arrastam por vários dias, dão início a uma cadeia de ações diferentes umas das outras, tornando o repertório do ator coletivo mais abrangente e diversificado. Apesar de se tratar de uma tática de mobilização de pessoal, acaba provocando alterações na estrutura de oportunidades e constrangimentos políticos, no sentido de criar uma espécie de abertura para iniciar um processo de negociação com o Estado, visando o atendimento das demandas do movimento.

Nesse sentido, este estudo corrobora para o entendimento de que as relações movimento-Estado e movimento-partido políti-

co não são sempre de relações de cooptação por uma das partes. A interação entre MST e militantes de partidos podem ocorrer, mas desde que estes sujeitos estejam alinhados aos objetivos do MST. Quanto à relação com os partidos políticos, estes geralmente optam por atuar em parceria em ações pontuais em que os interesses de ambos se convergem. O movimento social em questão tende a não abrir espaço aos partidos para direcionamentos de suas pautas (ao menos não de forma pública), por tal razão estes geralmente atuam de forma conjunta em momentos pontuais de uma ação coletiva do MST de Alagoas. Contudo, a participação do MST de Alagoas, embora com o discurso de defesa da democracia, assimilou a postura do PT quanto às ações de críticas públicas às acusações e posterior prisão do ex-presidente Lula.

Embora nosso estudo tenha limitações por conta do pequeno recorte temporal, foi possível identificar padrões nas ações do MST e observar uma solidez no alinhamento interpretativo do movimento.

No período de redação deste artigo surgiram novos questionamentos sobre essas complexas relações que acenam para novas possibilidades de pesquisa. Por exemplo, para uma melhor compreensão da dinâmica da marcha se mostra necessário uma pesquisa que privilegie a perspectiva etnográfica; o mesmo se aplica se desejarmos ter melhor compreensão de como os atores percebem e sentem as tensões nas formas das relações aqui estudadas. Contudo, a metodologia adotada no presente estudo pareceu ser bastante frutífera aos objetivos propostos, nos possibilitando alcançar respostas satisfatórias aos problemas que foram postos nesta pesquisa.

Referências

Alonso, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, V. 02. 03 2012. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/368037/mod_resource/content/1/repertorio%20Sociologia%20%20Antropologia%20ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf>. Acesso em 01/10/2017

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** N.76, São Paulo, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003#n01 > Acesso em 01/10/2017.

Bodart, Cristiano das Neves. **Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social**. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP), 2016. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/pt-br.php> >. Acesso em: 18/09/2017.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/td/Dissertacao_BMF.pdf>. Acesso em: 13/09/2017.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis - RJ. Vozes, 2000.

Gohn, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 6ª edição. São Paulo. 2007.

_____. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 13, n. 28 set/dez 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2240/showToc> >. Acesso em: 15/08/2017.

_____. Abordagens Teóricas nos Estudos dos Movimentos Sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, V.21 N. 54 Set/Dez 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf> >. Acesso em: 30/09/2017.

Higgins, S. S. **Os fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos Univer sitária, 2005.

Lages, Vinicius Nobre; Ramos, Vanda Ávila. **Além da conquista da terra: a sustentabilidade dos assentamentos em Alagoas**. In: Planos de desenvolvi-

mento de Alagoas 1960/2000. CABRAL, Luiz, A, P. Maceio - Al. Edufal: SEPLAN-AL; Fundação Manoel Lisboa, 2005.

Leitão, Leonardo Rafael Santos. **Oportunidades Políticas e repertórios de ação:** o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial no brasil. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

Pereira, M M; Silva, C F. **Ação Contenciosa: Repertórios, Táticas e Performances.** 18 Congresso Brasileiro de Sociologia, Brasília 2017. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0702-1.pdf>>. Acesso em: 01/10/2017.

Tarrow, Sidney. **Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

Tilly, Charles. Movimentos Sociais como Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, N. 3 de 2010. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6562>>. Acesso em 01/10/2017.

..... **Why? What happens when people give reasons... and why.** Princeton: Princeton University Press, 2006.

Tilly, Charles; Wood, Lesley J. **Los Movimientos Sociales 1768-2008: Desde sus orígenes a facebook.** 2 edição. Editorial Crítica. Barcelona, 2010.

Torres, Kamille Ramos; BODART, Cristiano das Neves. Ação comunicativa e o orçamento participativo: a experiência de Vila Velha/ES. **Alabastro**, São Paulo, ano 4, v. 2, n. 8, 2016, p. 32-55. Disponível em: <<http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/131>>. Acesso em: 01/05/2019.

